

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: REFLEXÕES HISTÓRICAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Me. Queli Ghilardi Cancian  0000-0002-6135-1432

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Dr. José Antônio Marques Moreira  0000-0003-0147-0592

Universidade Aberta

Dr. Vitor Gonçalves  0000-0002-0645-6776

Dra. Ilda Freire-Ribeiro  0000-0003-1033-8614

Dra. Elza Mesquita  0000-0001-5986-0839

Instituto Politécnico de Bragança

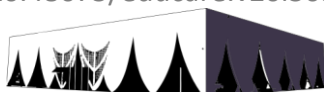
RESUMO: Este estudo propõe-se a compreender e analisar as principais políticas educacionais, seus impactos, desafios e contribuições para o desenvolvimento do sistema educacional. Para embasar a investigação, optou-se pela pesquisa exploratória qualitativa como metodologia, desenvolvida por meio da pesquisa documental e bibliográfica. Os resultados proporcionam um panorama linear das políticas educacionais implementadas no Brasil desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 até o ano de 2021. Ao destacar os pontos críticos da história educacional, pretende-se fomentar a reflexão sobre os desafios contemporâneos à luz das experiências passadas, além de estimular a implementação de novas políticas educacionais. Assim, enfatiza-se que a história da Educação brasileira não é apenas um registro do passado, mas também um guia para as ações do presente e do futuro, um convite à reflexão e à ação em prol de uma Educação transformadora.

PALAVRAS-CHAVE: Democratização do ensino; História da Educação no Brasil; Políticas públicas educacionais.

EDUCATIONAL POLICIES IN BRAZIL: HISTORICAL REFLECTIONS AND CONTEMPORARY CHALLENGES

ABSTRACT: This study aims to understand and analyze the main educational policies, their impacts, challenges, and contributions to the development of the education system. To support the investigation, we opted for qualitative exploratory research as a methodology developed through documentary and bibliographical research. The results provide a linear overview of the educational policies implemented in Brazil from the promulgation of the 1988 Federal Constitution until 2021. By highlighting the critical points of educational history, the aim is to encourage reflection on contemporary challenges considering past experiences and stimulate the implementation of new educational policies. Thus, it is emphasized that the history of Brazilian education is not only a record of the past but also a guide to the present and future actions, an invitation to reflection and action in favor of transformative education.

KEYWORDS: Democratization of education; History of education in Brazil; Public educational policies.



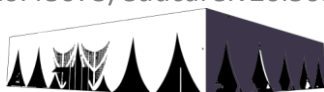
1 INTRODUÇÃO

Desde a chegada dos jesuítas em terras brasileiras em 1549, o Brasil passou por diversas fases, influenciadas por diferentes contextos culturais, sociais, políticos e econômicos. A Educação brasileira tem sido marcada por um percurso de desigualdades regionais e pela predominância de um modelo elitista, multifacetado, que se desenvolveu e modificou conceitualmente ao longo da história, desde os primórdios da colonização até os dias atuais.

Partindo desse contexto, apresenta-se como problema de pesquisa o seguinte questionamento: Como as transformações históricas e as políticas educacionais implementadas no Brasil ao longo das últimas cinco décadas refletem os desafios, avanços e mudanças no cenário educacional do país? A partir dessa problemática, este estudo se propôs a compreender e analisar as principais políticas educacionais, seus impactos, desafios e contribuições para o desenvolvimento do sistema educacional.

O desenvolvimento do estudo visou a descrição das principais políticas educacionais brasileiras, pontuando alguns de seus principais movimentos e conquistas. Nessa perspectiva, o trabalho foi organizado em duas seções. No primeiro momento, apresenta-se o percurso metodológico para o desenvolvimento do estudo. Na segunda seção, percorrem-se os principais acontecimentos na história da Educação brasileira de 1980 a 2021, apresentando-se os acontecimentos mais significativos na democratização do ensino, bem como das políticas públicas no âmbito educacional, como a Constituição de 1988, momento em que se estabeleceu a Educação como um direito de todos e um dever do Estado, promovendo novas políticas para a promoção da Educação básica ao ensino superior.

Após a contextualização metodológica, este estudo aspira contribuir para a compreensão da evolução da Educação brasileira ao longo do tempo, bem como dos desafios enfrentados no processo de democratização do ensino. Além disso,

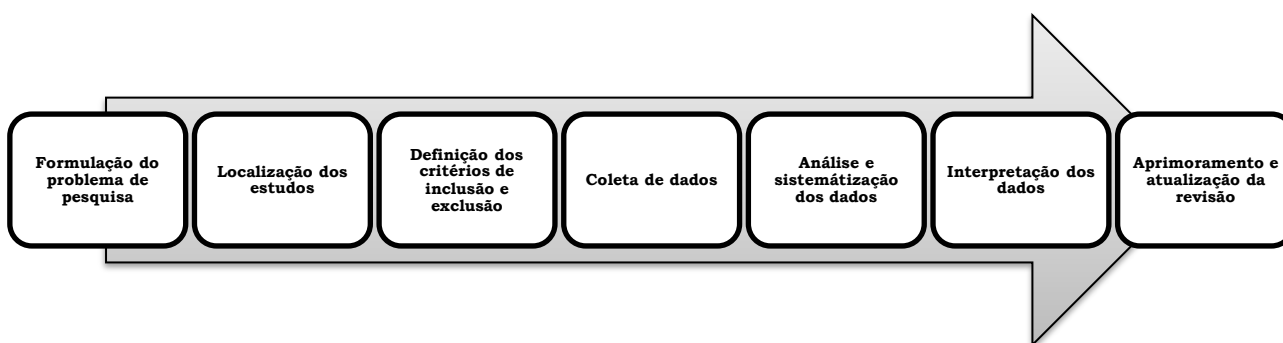


ao destacar os acontecimentos mais significativos nas últimas cinco décadas de história da Educação brasileira, intenta-se instigar a reflexão sobre os desafios contemporâneos à luz da história da Educação.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

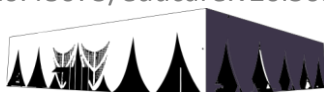
Para embasar a investigação, optou-se pela pesquisa exploratória qualitativa como metodologia, dada a sua eficácia em oferecer uma compreensão ampla e detalhada do tema. Esta abordagem abrange o levantamento documental e bibliográfico, que se constituiu na análise e descrição da Educação no Brasil, nas últimas cinco décadas, na análise das políticas públicas educacionais e na reflexão dos desafios e avanços ao longo do percurso. Na orientação do estudo, adotou-se o seguimento dos sete passos descritos por Botelho, Cunha e Macedo (2011), apresentados na Figura 1.

Figura 1: Sete passos da revisão de literatura



Fonte: Adaptado de Botelho, Cunha e Macedo (2011, p. 125).

Para o levantamento documental, consideraram-se os seguintes critérios na análise: I) identificação das políticas públicas, documentos e leis norteadoras da Educação; II) identificação e compreensão das informações; e por fim, III)



sintetização dos dados em ordem cronológica, políticas públicas e descrição. Para orientação do estudo adotou-se o uso da matriz de especificações apresentada no (Quadro 1) desenvolvida nos moldes conforme especificação de Tavares (2018).

Quadro 1: Matriz de especificações para orientação, coleta e tratamento dos dados

Dimensões	Objetivos	Metas
Caracterização do estudo	Descrever o percurso histórico da Educação a partir da promulgação da constituição de 1988.	Contextualização da história da Educação; Identificação das leis e políticas educacionais.
	Descrever as principais políticas públicas educacionais pós-constituição.	Listagem dos avanços e dos desafios enfrentados; Análise e reflexão das políticas educacionais.
Fontes bibliográficas	Localizar os documentos e as leis promulgadores das políticas educacionais.	Referências e documentos promotores do desvelar da problemática.
	Localizar estudos correlacionais.	

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

A partir da matriz de especificações, definiu-se como metodologia a análise de conteúdo conforme Bardin (2016), seguindo os critérios de codificação, decomposição e definição das regras, resultando na definição de uma categoria geral integrada no escopo dos resultados da pesquisa, a saber “Políticas educacionais de 1988-2021”.

Dos dados analisados pôde-se extrair os seguintes parâmetros: I) destacar a Educação como mecanismo para o desenvolvimento social e econômico do país; II) ressaltar a necessidade contínua de investimentos em reformas para garantir um sistema educacional inclusivo e de qualidade.



3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE 1988-2021

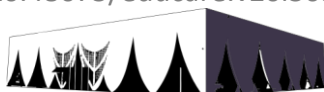
A Constituição Federal de 1988 foi um dos grandes marcos na história da Educação, visando a garantia de direito, bem como, comprometimento do estado no que se refere ao investimento de recursos para a Educação pública. Tais conquistas são resultados do movimento iniciado na segunda metade da década de oitenta, em especial nos anos de 1988 e 1989.

Assim, a Constituição Federal de 1988, no dispositivo do Art. 205, passa a considerar a Educação como

[...] direito de todos e dever do Estado e da família, [que] será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, Art. 205).

Congruente aos direitos e deveres estabelecidos, o âmbito escolar considerado no Art. 210 apresenta a seguinte redação: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (Brasil, 1988, Art. 210).

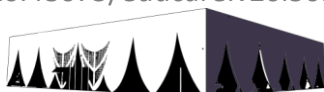
Os anos 90 iniciam com a Internacionalização da alfabetização, organizado pelas Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Na sequência surge o Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área da Educação, a proposta era inserir o Brasil na revolução tecnológica, o que, na prática, na Educação não se consolidou. Ainda nos anos 90 sob comando do então presidente Collor, registram-se outros marcos na história da Educação como: A Educação Mundial da Educação para todos; a sanção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a partir da promulgação da lei 8.069/1990, garantido o direito de proteção integral da criança e ao adolescente; a criação do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), estabelecendo o objetivo de universalizar o ensino fundamental e combater o analfabetismo; e por fim, com



a criação do Instituto de Estudos e Pesquisas (Inep), estabeleceu-se o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), a partir do objetivo de mensurar a qualidade do ensino nas escolas públicas de ensino fundamental (Tosta; Ney; Silva, 2020; Kipnis, 2022).

No período entre (1992-1995), sob o comando do então presidente Itamar Franco, destacam-se as seguintes políticas públicas no campo da Educação: Plano Decenal de Educação para Todos, proposta orientada pelo compromisso internacional firmado pela erradicação do analfabetismo; Declaração de Nova Delhi de Educação para Todos, fruto da preocupação ocasionada pelos limitados avanços na Educação firmados na conferência Mundial da Educação para todos, mobilizando a UNESCO na criação da “*Education for All Nine*”, uma rede para monitoramento das metas estabelecidas entre os nove países, bem como a troca e compartilhamento de experiência entre eles; em 1993, cria-se a Política Nacional de Educação Especial, a fim de assegurar o direito à Educação a pessoas com necessidades especiais; em 1994, o Ministério da Educação inicia o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) mediada pela lei 8.913/1994, visando a descentralização dos programas federais de educação; ainda em 1994, ocorre o Seminário (CNTE) reivindicado um piso nacional de salários para os professores; na sequência ocorre a Conferência Nacional de Educação para Todos, onde é lançado o Plano Decenal de Educação para Todos, é como resultados a concretização do Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade da Educação (Kipnis, 2022).

O período de (1995-2003) compreende o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que durante seu mandato criou e implementou o sistema de Informação e Avaliação Educacional, a fim de angariar informações sobre a qualidade da Educação nos diferentes níveis. Em 1996, o governo se concentrou na universalização do ensino fundamental por meio do fundo de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), promovendo a distribuição de recursos aos municípios. Dentre os documentos e



leis produzidos nesses governos, destaca-se a Lei de diretrizes e bases e os Parâmetros Nacionais Curriculares, em 1997, e o Plano Nacional de Educação, em 2001.

Dentre as políticas desenvolvidas nesse período destacamos, no ano de 1995: as Mudanças no Programa Nacional do Livro Didático; a Modificação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica; o Sistema de Informações e Avaliação Educacional; o Censo Escolar; o Projeto Nordeste de Educação Básica; Programa Dinheiro Direto na Escola; Conselho Nacional de Educação e Provão; Mudança na escolha de reitores das universidades federais (validado a partir da promulgação de Lei 9.192/1995 de autoria do executivo).

Em 1996, destacam-se duas importantes políticas no âmbito educacional, a primeira refere-se à criação do FUNDEF, por intermédio da emenda Constitucional n.º 14 de 12 de setembro de 1996, que prevê:

Art. 1º É acrescentada no inciso VII do art. 34, da Constituição Federal, a alínea "e":

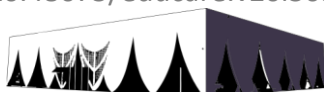
"e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino."

Art. 2º É dada nova redação aos incisos I e II do art. 208 da Constituição Federal:

"I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
II - progressiva universalização do ensino médio gratuito (Brasil, 1996, Art. 1 e 2).

A segunda política, talvez a mais importante, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9.394 de dezembro de 1996, aprovada após oito anos de discussão. A lei, além de reafirmar o direito universal de todos à Educação, também estabelece a responsabilidade dos entes federativos em cada etapa do ensino. Conforme,

Art. 1º, A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de



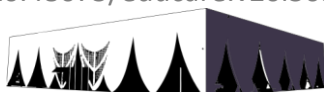
ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º, É dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996, art. 1º e 2º).

Sobre o “direito à Educação e o dever de Educar” no Art.4º, a Educação pública deve ser efetivada mediante a garantia descrita no inciso I, sendo a “[...] Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio (Brasil, 1996, s/p.).

Após ampla discussão entre especialistas e a secretaria da Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são sistematizados e divulgados em 1997. Em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi estabelecido, a primeira edição contou com a participação voluntária de 157 estudantes, a prova visava mensurar o conhecimento dos alunos na fase da conclusão da Educação Básica. O destaque em 1998 é a greve nas Universidades Federais, sendo aderida por 46 universidades, dentre as principais reivindicações apresentavam-se o reajuste dos salários dos professores e o fim do Plano de Incentivo à Docência (PID), após 103 dias de greve uma nova proposta foi apresentada pelo governo substituindo o PID, pela proposta de Gratificação de Estímulo à Docência (GED), apresentada na lei 9.678/1998, a proposta consistia na gratificação conforme a pontuação mensurada a partir do desempenho nas diferentes atividades, ensino, pesquisa, extensão e horas aulas ministradas (Hage, 1999; 2000; Kipnis, 2022).

Outras políticas foram implementadas ainda no governo FHC, entre elas, em 1999, o financiamento estudantil nas universidades, o programa financiou por meio do FIES parte das mensalidades nas universidades privadas; em 2000, ocorre o primeiro seminário Nacional sobre a Educação para todos, ainda em 2000, dez anos depois da Conferência Mundial de Educação para Todos “Conferência de Jomtien, 1990 – Tailândia” acontece a Cúpula Mundial de

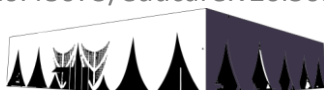


Educação de Dakar, onde são firmados novos compromissos, “[...] como a universalização da Educação básica, obrigatória e gratuita até 2015, e 50% de redução nos níveis de analfabetismo em adultos” (Kipnis, 2022, s/p.). Em 2001, é aprovado na lei 10.172/2001, o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) após a redemocratização. Ainda em 2001, visando a permanência da criança na escola, surge a bolsa escola implementada por meio da medida provisória 2.140/2001 (Kipnis, 2022).

O período de (2003-2011) corresponde aos dois mandatos do governo Lula, nesse período 14 políticas educacionais foram elencadas e serão apresentadas no quadro 2 a seguir.

Quadro 2: Políticas públicas educacionais, governo Lula (2003-2011)

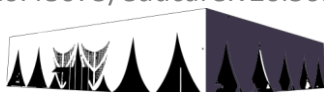
Ano	Política Pública	Descrição
2003	Programa Bolsa Família	Regulamentado pela medida provisória 132/2003 estabelecendo ações de transferência de renda com condicionalidades as famílias em condições de extrema pobreza (Kipnis, 2022).
2004	Exame Nacional de desempenho dos estudantes (Enade)	O Enade veio substituir o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), apresentando um importante diferencial, onde o estudante do ensino superior passou a ser avaliado também no início do curso e não mais somente na conclusão, na tentativa de mensurar o ganho de conhecimento (Kipnis, 2022).
	Programa de apoio ao transporte escolar (PNAPE)	O programa visava o acesso e permanência da criança residente em áreas rurais da escola por meio do transporte escolar (Kipnis, 2022).
	Prouni nas universidades particulares	O programa foi implementado por meio da MP 213/2004, buscando a democratização do acesso ao ensino superior, mediante a disponibilização de bolsas de estudo em instituições particulares (Brasil, 2004).
2006	Compromisso todos pela Educação	Formado por grupos empresariais e organizações da sociedade civil, o movimento estabeleceu cinco metas para a Educação no Brasil, as quais foram incorporadas no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDE) e ao Plano Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto 6.094/2007) (Brasil, 2007c).
	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb)	O Fundeb foi criado por meio da Emenda Constitucional n.º53, na qual se trata da ampliação dos Fundef, abrangendo além do Ensino Fundamental, também o Ensino Infantil e Médio (Brasil, 2006).



2007	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	Desenvolvido para avaliar os sistemas da Educação (estadual, municipal, nacional) em dois fatores de rendimento: língua portuguesa e matemática da prova Brasil e da Avaliação da Educação Básica (SAEB), como base nos parâmetros observados no país, metas diferenciadas foram adotadas considerando a realidade de cada escola (Kipnis, 2022).
	Plano de desenvolvimento da Educação (PDE)	Trata-se de um conjunto de programas e ações orientadas para a melhoria da Educação considerando os eixos (Alfabetização, Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional, e Diversidade) (Kipnis, 2022).
	Reestruturação e Expansão das Universidades (Reuni) nas Universidades Federais	Instituído pelo decreto 6.096/2007, a proposta do programa e reestruturação e expansão das universidades Federais, bem como a ampliação no número de vagas disponíveis e a permanência dos estudantes na graduação, buscando cumprir as metas estabelecidas no PNE de 2001, de que ao menos 30% dos jovens entre 18 a 24 deveriam ter acesso ao Ensino Superior (Brasil, 2007a).
	Programa mais Educação	Via decreto 6.093/2007, o programa implementa a Educação em tempo integral, ampliando o tempo de permanência dos estudantes na Educação básica, ofertando diferentes atividades entre Educação ambiental, esportes e atividades culturais (Brasil, 2007b).
2008	Piso Nacional para professores	Sanção do projeto de lei que determina o piso salarial dos professores da Educação Básica.
2009	O novo Enem	O novo Enem passou a ser utilizado como critério para o programa Universidade para Todos, bem como a entrada no Ensino Superior público (Kipnis, 2022).
	Mais recurso para a Educação	Por meio da aprovação da emenda constitucional 59/2009, ocorreu o fim da desvinculação de Receitas da União (DRU) da Educação, o que significou que os 20% dos recursos destinados à Educação voltaram a ser destinados exclusivamente para a área (Brasil, 2009).
2010	1º Primeira conferência Nacional para a Educação (CONAE)	A Conferência contou com a participação de mais de 3 mil delegados, com ampla participação da sociedade civil, e discussão de todos os níveis de ensino. Entre as principais propostas estava a destinação de 10% do PIB para a Educação, a qual foi implementada cinco anos mais tarde no governo Dilma (Kipnis, 2022).

Fonte: Elaborado pelos autores de (2023).

No ensino superior, as políticas que mais se destacaram no governo de Lula foram o Programa Universidade para Todos e Programa de Apoio a Planos de



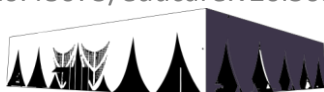
Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), enquanto nos demais campos do ensino a ênfase é no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), com a ampliação dos recursos destinados ao ensino básico, fundamental e médio.

O período de (2011 – 2016) é correspondente ao Governo da presidente Dilma Rousseff, no qual se desenvolveram as seguintes políticas públicas educacionais: em 2011, aprovada pela Lei 12.513/2011, de autoria do poder executivo é criado o “Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego”, cuja proposta era democratização do ensino técnico, com a expansão da rede de ensino e a concessão de bolsas de estudo; em 2012 é aprovada a Lei de Cotas 11.711/2012, determinado a reserva de 50% das vagas em Universidades e Institutos Federais segundo os critérios socioeconômicos e raciais para estudantes de escola pública. Também em 2012 é aprovado o programa “Brasil Carinhoso”, estabelecido pela Lei 12.722/2012, cujo objetivo é aumentar o número de vagas em creches para crianças de 0-4 anos de famílias beneficiárias do Bolsa Família; o movimento marcado pelas “manifestações de junho de 2013”, em busca do direito ao passe livre, culminou na Lei 12.858/2013, na qual se determinou a destinação de 75% dos “royalties do petróleo e do pré-sal para a Educação” e 25% para a saúde (Kipnis, 2022).

Entre (2016-2019), compreende o período de governo de Michel Temer, apresentado no quadro 3, a seguir.

Quadro 3: Políticas públicas educacionais, governo Temer (2016-2019)

Ano	Políticas Públicas	Descrição
	Reforma do Ensino Médio	Instituição do novo Ensino Médio, mediante (MP 746/2016), convertida na Lei 13.415/2016. Entre os objetivos estabelecidos na reforma apresenta-se a diminuição da evasão escolar e o aumento no número de vagas, entre as principais mudanças, a ampliação da carga horária, a flexibilização de conteúdos e a implementação de um itinerário formativo (Brasil, 2016b).



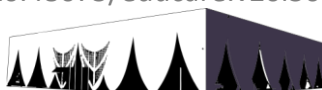
2016	Ocupações dos secundaristas	A ocupação secundarista remete a protestos e manifestações realizadas após a pronúncia das reformas do ensino médio, a principal crítica dos manifestantes era a falta de diálogo entre os principais atores envolvidos (Kipnis, 2022).
	Programa criança feliz	O foco do programa era o desenvolvimento na primeira infância de crianças em situação de vulnerabilidade, beneficiárias do programa bolsa família, ou afastadas do convívio familiar (Kipnis, 2022).
	Teto de gastos públicos	A emenda constitucional 95/2016, estabelece limite das despesas da administração federal, durante 20 anos, passível de revisão em 10 anos, a regra fixa limite aos gastos de cada ano, estabelecido por intermédio do gasto do ano anterior corrigido pela inflação (Kipnis, 2022).
2018	Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	Aprovada a nova BNCC, que estabelece a partir das diretrizes as habilidades e competências que os estudantes devem adquirir ao longo da formação no sistema de ensino, de acordo com cada disciplina (Kipnis, 2022).
	Programa Mais Alfabetização (PMALFA)	Regulamentado pela portaria MEC n.º 142, o programa estava pautado no fortalecimento e apoio das unidades escolares no desenvolvimento da alfabetização de alunos do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais MEC (Kipnis, 2022).
	Programa de Residência Pedagógica	Criado mediante a portaria Capes n.º 38, o objetivo da proposta estava pautada no aperfeiçoamento da formação de estudantes em cursos de licenciatura (Brasil, 2018b).

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

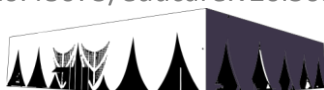
Seguiu-se ao governo de Michel Temer o período (2019-2022) que corresponde ao governo do então presidente Jair Messias Bolsonaro. Entre as ações desenvolvidas neste governo, podemos citar o resgate da religião e da instituição do Hino Nacional como rotina escolar, bem como a orientação para formação técnica. No quadro 4 a seguir, destacamos algumas das políticas públicas educacionais desenvolvidas nesse período.

Quadro 4: Políticas públicas educacionais, governo Bolsonaro (2019-2021)

Ano	Políticas Públicas	Descrição
-----	--------------------	-----------



2019	Política Nacional de Alfabetização	O PNA foi instituído pelo Decreto 9.765/2019, e conduzido pela Mec mediada pela secretária de Alfabetização (Sealf), a proposta buscava implementar [...] programas e ações voltados à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas[...], no combater o analfabetismo e elevação da qualidade da alfabetização no país (Brasil, 2019a, art.1).
	BNC - Formação	A resolução 02/2019, “Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)” (Brasil, 2019b, p.1). A orientação das diretrizes e a formação de professores norteada pelo princípio formativo do desenvolvimento das habilidades e competências de acordo com a BNCC.
	Educação em Prática	O programa Educação em Prática trata-se de uma proposta de integração entre IES públicas e privadas com estudantes do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, Anos Finais e do Ensino Médio. O objetivo do programa visava a diminuição da evasão escolar, ampliação e qualidade da jornada escolar, e o direcionamento para que no futuro os alunos na escolha da carreira profissional que mais se identifiquem (Neves, 2022).
	Programa Future-se	A proposta visava a autonomia administrativa das Instituições de Ensino Superior Federal na captação de recursos por meio de parcerias com organização social (Brasil, 2020a).
	Compromisso Nacional pela Educação Básica	“O objetivo é impulsionar a Educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a Educação para jovens e adultos e tornar o Brasil referência na América Latina até 2030” (Brasil, 2018a, n.p.).
	Criação do ID estudantil	Por meio da medida provisória nº 898/2019, e instituído a gratuita da carteirinha de estudante que concede a meia entrada para estudantes (Brasil, 2018a).
	Programa novos caminhos	A meta do programa era aumentar em 80% o número matrículas em cursos técnicos, focado na expansão e na demanda do mercado de trabalho (Brasil, 2018a).
	Programa conta pra mim	O programa faz parte da PNA, visando estimular desenvolvimento intelectual da criança por meio da leitura (Brasil, 2018a).
	Diploma Digital	Emissão do diploma de Ensino Superior em formato digital, redução no tempo de emissão, estimado de 90 para 15 dias (Brasil, 2018a).
2020	Programa Tempo de Aprender	Portaria n.º 280/2020, com base no PNA, o programa visa a valorização e apoio aos professores e gestores, no direcionamento para aplicação da prática orientada nas evidências científicas e correção na rota das políticas públicas de alfabetização (Brasil, 2020c).

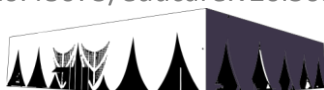


	Programa Nacional das Escola Cívico-Militares	Mediante a portaria 1.071, regulamentou-se a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico- militares (Brasil, 2020b). O programa visava a implantação de 216 escolas ECIM em todo o país até o ano de 2023, a proposta era norteadada pelo conceito de gestão educacional com participação do corpo docente civil e apoio gestores militares, sendo as primeiras escolas piloto implementadas no ano de 2020.
2021	Renegociação de dívidas do FIES	A MP 1.090/2021 “[...] estabelece os requisitos e as condições para realização das transações resolutivas de litígio relativas à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies” (Brasil, 2021a, n.p), o objetivo da medida consistia em beneficiar alunos que aderiram ao fies até o segundo semestre de 2017, que estavam em inadimplência, oportunizando desconto de até 99% nos casos de alunos devedores cadastrados no (CadÚnico).
	Implementação do novo Ensino Médio	O ministro da Educação no uso de suas atribuições estabeleceu a portaria 521/2021, instituindo o “[...] Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. O novo ensino médio prevê a divisão de caráter obrigatório em itinerários formativos (trilha de aprendizagem) por área de conhecimento de acordo com BNCC, sendo este escolhido pelo próprio aluno, mudança está aprovada pela Lei 13.415/2017 ¹ , e implementada no ano de 2021 (Brasil, 2021b, n.p.).

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

No quadro anterior são apresentadas as principais políticas públicas educacionais implementadas durante o governo Bolsonaro, entre 2019 a 2022. Cabe destacar que em março de 2020, o Brasil, assim como o mundo, vivenciou um momento histórico de instabilidade ocasionado pela pandemia da Covid-19, repercutindo negativamente em diferentes áreas, além da saúde, dentre elas a Educação. Conforme Gonçalves (2020): Nesse contexto, a pandemia de COVID-19 transformou profundamente o cenário educacional, evidenciando tanto desafios quanto oportunidades.

¹ Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n.º 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

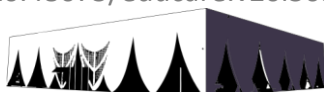


A pandemia por COVID-19 obrigou-nos a alterar drasticamente as nossas práticas educativas. Da sala de aula presencial, passamos para a sala de aula virtual, confinados a casa. Por isso, a procura e oferta de sessões de (in)formação em tecnologia educativa foi exponencial (p. 52).

A necessidade de adaptação ao ensino remoto revelou fragilidades no sistema, como o aumento das desigualdades educacionais, ao mesmo tempo em que promoveu uma reflexão crítica sobre a democratização do ensino. Além disso, a migração forçada do ensino presencial para o virtual impulsionou significativamente a busca por capacitação em tecnologia educacional, refletindo a urgência de preparar professores e alunos para novas práticas pedagógicas em um contexto digital.

Sobre a democratização do ensino, pontua-se que ao longo dos anos, diversos países têm buscando implementar políticas públicas e programas educacionais visando a garantia da igualdade das oportunidades educacionais a todos os cidadãos. No Brasil, a democratização do ensino tem se configurando como um desafio constante, devido à vasta extensão territorial, as desigualdades sociais acabam por torna-se são mais latentes.

Considerando a democratização do ensino, muitos avanços têm sido alcançados nos últimos anos, como a inclusão de grupos sociais marginalizados historicamente, a exemplo: a implementação de políticas de cotas raciais, a inclusão de estudantes com deficiência, a inserção da comunidade indígena, bem como a oferta de bolsas de estudos a estudantes de baixa renda como incentivo para manutenção no ensino superior. Contudo, há muito a ser feito para que se possa verdadeiramente garantir a democratização do ensino no país, nesse contexto, aponta-se a necessidade de investimento em políticas que visem a qualidade do ensino, na formação de professores, ao combate da evasão escolar, além de fortalecer a escola enquanto espaço de inclusão e transformação social.

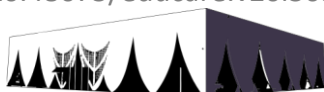


4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou destacar o percurso histórico da Educação no Brasil, marcado por uma série de transformações, complexas e repleta de desafios e lutas pela democratização do ensino, fortemente influenciada pelo contexto políticos, sociais, econômicos e culturais diversos. Nesse contexto, pondera-se que mesmo existindo desafios, percebem-se os avanços na oferta e no acesso educacional.

No desenvolvimento da história da Educação pós constituição destacam-se, na década de 90, mais especificamente em 1996, duas políticas educacionais que ganharam destaque e reconhecimento até os dias atuais, a primeira refere-se à criação da FUNDEF, tornando obrigatória a aplicação de recursos mínimos para a garantia da Educação. O segundo marco refere-se à criação da LDBEN 9.394/96, promulgando o direito universal de todos a Educação.

Com base no estudo desenvolvido, delimitam-se cinco pontos centrais à luz da reflexão crítica, sendo: 1) Marcos legais e compromisso Internacionais - nesse campo destaca-se a consolidação da Educação como direito e dever de todos, consolidado a partir da constituição de 1988, reconhecida como constituição cidadã. Além da instituição dos marcos legais, se destaca, ainda, o compromisso internacional assumido pelo Brasil no campo da Educação; 2) Avanços e desafios - na democratização do ensino diversas políticas públicas foram implementadas como programas de alfabetização, expansão do ensino técnico e universitário, programas de bolsas e cotas, entre outros, o que resultou em avanços significativos, na inclusão de grupos historicamente marginalizados. No entanto, não se pode ignorar a realidade e os desafios persistentes, como as desigualdades sociais e regionais, que continuam a ser enfrentadas; 3) Investimentos e Qualidade do Ensino - apesar dos avanços, enfatiza-se a necessidade de investimentos contínuos em políticas que versem a qualidade do ensino, incluindo a formação de professores, o combate à evasão escolar e o fortalecimento da escola como um espaço de transformação, integração e inclusão social; 4) Impacto da



Pandemia - a pandemia trouxe a necessidade de tornar o ensino mais resiliente dada a realidade imposta, contudo, os impactos negativos foram evidenciados na ampliação das desigualdades educacionais, o que por vias de fato, proporcionou um olhar mais crítico para a democratização do ensino; 5) Necessidade de comprometimento contínuo - nesse campo, enfatiza-se a necessidade de garantir a democratização do ensino, requerendo o comprometimento contínuo do Estado, da sociedade civil e dos demais atores envolvidos no prospecto da Educação com qualidade e acessibilidade a todos. Dentre esses desafios, destaca-se a importância da equidade de acesso, a valorização dos profissionais da Educação e a melhoria da qualidade do ensino.

Diante do exposto, pondera-se que a história da Educação brasileira não é apenas um registro do passado, mas também um guia para as ações do presente e do futuro, um chamado à reflexão e à ação em prol de uma Educação transformadora.

Em resumo, mesmo identificando melhorias na democratização do ensino, mediante ao desenvolvimento de políticas públicas, enfatiza-se que é preciso que o educador mantenha um olhar crítico e contextualizado para enfrentar os desafios contemporâneos e construir um futuro mais promissor para a Educação no Brasil.

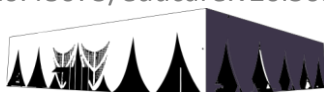
REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C.C.A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, 2011.

BRASIL. **Medida provisória n. ° 213 de 10 setembro de 2004**. Gov.br. 2006. Disponível em:

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=MPV&numero=213&ano=2004&ato=70bATSE9UeRpWT4ce>. Acesso em: 11 mai. 2024.



BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 53, de 2006**. Câmara Legislativa. 2006. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1109131. Acesso em: 11 mai. 2024.

BRASIL. **Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007**. Planalto. Gov. 2007a.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em 11 mai. 2024.

BRASIL. **Decreto 6.093 de 24 de abril de 2007b**. Planalto. Gov. 2007b.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em 11 mai. 2024.

BRASIL. **Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007**. Planalto. Gov. 2007c.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em 11 mai. 2024.

BRASIL. **Emenda constitucional n.º 59 de 11 de novembro de 2009**. Planalto. gov. 2009. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm. Acesso em: 11 mai. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. CF de 1988. Câmara Legislativa do Senado. 2016a.

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 2016**. Congresso Nacional. 2016b.

Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>. Acesso em: 11 mai. 2024.

BRASIL. **Artigo 1 da Lei 5692 de 11 de agosto de 1971**. Brasília- DF, 1971.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 03 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto 9.765/2019**. Política Nacional de Alfabetização. Site:

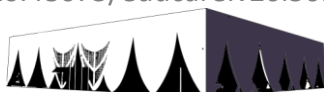
Planto.gov. 2019a. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Decreto/D9765.htm Acesso em: 18 jan. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n.º 02, de 20 de dezembro de 2019**. BNC

Formação Inicial de Professores. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Portal do MEC. 2019b. Disponível em:

https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2021/09/NOTA-RESOLUCAO-02_2019-2.pdf. Acesso em: 18 jan. 2023.



BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 14 de 12 de setembro de 1996**. Site: planalto. Disponível em: [Emc14 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br/emc14). Acesso em: 8 ago. 2022.

BRASIL. **Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Site: Planalto. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113415.htm.

BRASIL. **Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Brasília- DF, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm. Acesso em: 2 mar. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasil, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em 4 mar. 2022. Acesso em: 8 ago. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória, MP 1.090/2021**. Renegociação de Dívida do Fies. MP. Site: Congresso Nacional. 2021a. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/151453>. Acesso em: 18 jan. 2023.

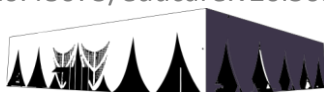
BRASIL. **Conheça a história da Educação brasileira**. Ministério da Educação. Site: Portal do MEC. 2018a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 23 de jan. 2023.

BRASIL. **Portaria GAB n.º 38, de 28 de fevereiro de 2018**. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. 2018b Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/28022018-portaria-n-38-institui-rp-pdf>. Acesso em: 07 mai. 2024.

BRASIL. **Portaria do MEC 1.071/2020**. Implantação das Escolas Cívicos-Militares. 2020b. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3408/portaria-mec-n-1.071>. Acesso em: 15 mai. 2024.

BRASIL. **PL n.º 3067/2020**. Future-se. Projeto de lei institui o Programa Universidade e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se. 2020a. Disponível em: https://estaticog1.globo.com/2020/06/03/pl_future_se.pdf. Acesso em: 11 mai. 2024.

BRASIL. **Portaria n.º 280, de 19 de fevereiro de 2020**. Ministério do estado da Educação. In gov. 2020c. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-280-de-19-de-fevereiro-de-2020-244584539>. Acesso em: 11 mai. 2020.



BRASIL. **Portaria n. 521 de 13 de julho de 2021**. Institui o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. 2021b. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-521-2021-07-13.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2024.

CARDOSO, J. L. Da liberdade econômica à independência política do Brasil (1808-1822). **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 23, n. 51, p. 681–698, set. 2022. DOI: 10.1590/2237-101X02305102. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/MVb8sPdk3WH6hmmVHHPHsdt>. Acesso em: 9 mai. 2024.

CASCAVEL. **Currículo para Educação de Jovens e Adultos da Rede Pública de Cascavel**. 238f., 2005. Disponível em: http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/11072012_eja.pdf. Acesso em 28 ago. 2021. Acesso em: 10 ago. 2022.

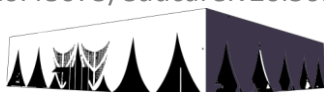
GONÇALVES, V. COVIDados a inovar e a reinventar o processo de ensino-aprendizagem com TIC. **Revista Pedagogia em Ação**, v. 13, n. 1, p. 43-53, 2020.

HAGE, S. M. As políticas educacionais no governo Fernando Henrique Cardoso. **Educação em Questão**. v. 10 e 11 n.º 2/1 jul./dez 1999 – jan./jun 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/download/9490/6858/25816>. Acesso em: 10 ago. 2022.

KIPNIS, B. Educação Brasil: As principais políticas públicas das últimas três décadas. **V Conferência Brasileira de Educação**, 2 a 05 de agosto de 1988. Site: Fundação FHC.2022 Disponível em: https://linhasdotempo.fundacaoofhc.org.br/educacao/?gclid=Cj0KCQiA64GRBhCZARIsAHOLriKc55yGrxlUwudLwZc_89eqV_u_LzRNO2AaEQd85rpCIm7pxjbCgAsaAgLGEALw_wcB. Acesso em: 03 mar. 2022.

NEVES, J. **MEC lança programa Educação em Prática**. EPSJV/Fiocruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. 2022. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/mec-lanca-programa-educacao-em-pratica>. Acesso em: 19 jan. 2023.

TAVARES, M. **Literacia científica sobre sismos**: um estudo com alunos açorianos no final do 1.º CEB e respetivos pais. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Universidade do Minho, 2018.



TOSTA, K. S.; NEY, M. G.; SILVA, R. M. Reforma do Estado e políticas de avaliação da qualidade da Educação Básica no Brasil. **Educação**, v. 45, p. 1-22, 2020.

Recebido em: 07-01-2025

Aceito em: 04-04-2025

